

Política social de cultura e lazer nas escolas: inclusão e sociabilidade

Resultado de pesquisa concluída

GT 22 : Sociologia da infância e juventude

Cleide de Fátima Galiza de Oliveira

Mestre em Sociologia, pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – Recife-Brasil

Resumo

Este artigo trata do estudo de dois programas culturais em âmbito nacional e municipal desenvolvido nas escolas da rede pública do Brasil com o objetivo de verificar de que forma essas políticas interferem no cotidiano dos jovens, participantes de suas atividades. A abordagem de crianças e jovens de ambos os sexos ocorreu, em momentos distintos, através das técnicas de *survey* e de entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa apresenta alguns elementos conclusivos ao mostrar que a participação nas atividades culturais repercute nas atividades escolares, no cotidiano, na sociabilidade, na autoestima e no lazer.

Palavras-chaves: juventude – cultura – políticas públicas culturais

I. Introdução

As políticas sociais para a juventude visam, em sua essência, o preenchimento do tempo livre juvenil com atividades culturais, esportivas e de lazer. Nesse sentido, Sposito, Silva e Souza (2006, p.242) afirmam que as políticas de juventude no país não nascem a partir da constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil moderna, incluindo sua diversidade e uma concepção ampliada de direitos [...] mas como um aspecto da questão social. Por essas razões, a inserção das ações de forma predominante no âmbito dos organismos da assistência traduz carência que dificulta, no entanto, a alteração de imagens que condensam estereótipos negativos em relação aos adolescentes pobres. Esse seria um enfoque que indica a criação de políticas atreladas às questões sociais advindas da violência o que compartimentaria ações de acordo com as camadas econômicas, notadamente às carentes de instrumentos de acessos aos serviços essenciais. Nesse sentido, as ações necessárias para os jovens parecem ser caso de polícia, uma vez que a visibilidade desse segmento remete às questões de conflito com a lei, insegurança e pobreza (Ibidem). Junte-se a isso as limitações espaciais das moradias de bairros periféricos em que famílias, com seus filhos jovens se “espremem” em pequenas residências, sem calçadas, sem praças e muitas vezes sem ruas.

As periferias de grandes cidades, pequenos municípios e favelas sofrem com a ausência de opções de cultura e lazer, o que aumenta os riscos de desagregação social, dada a precariedade dos mecanismos de socialização, sejam eles estruturais, como os mercados de trabalho, que se tornam cada vez mais segmentados ou pouco dinâmicos, sejam institucionais, como a ausência de espaços de troca e convívio (Barbosa, Araújo, 2009, p.231)

O espaço para a sociabilidade, elemento importante para a convivência e estabelecimento de relações sociais inexistente e propicia lacunas de interação, prática fundamental para o ser humano. Do mesmo modo as interações sociais se estabelecem através de práticas culturais disseminadas em todas as instâncias da sociedade, porém, alguns segmentos são colocados à margem e sua exclusão gera

limitações no aprendizado. Assim, o lócus escolar além de se constituir um espaço de sociabilidade também se configura como um reduto de alta relevância para a o desenvolvimento de expressões culturais tradicionais ou reelaboradas a partir da dinâmica social, que, ao serem ofertadas, dão oportunidade de escolha e apropriação de acordo com o gosto e necessidade; seria a *democracia cultural*, ideia apresentada por Botelho (2001), em que são oferecidos elementos e meios para gostar ou não de determinadas coisas.

O Brasil, que apresenta déficit de áreas de lazer, principalmente nas comunidades carentes, resente-se de espaços apropriados para o convívio e diversão o que dificulta a prática da sociabilidade. Para atender parte dessa demanda foi criado, em nível nacional, no ano de 2000, o Programa Escola Aberta – PEA, tornando-se em 2006 uma política pública federal, vindo a preencher uma lacuna quanto à inserção da população em ocupações lúdicas tão essenciais a formação e complementares as tradicionais atividades laborais, escolares e domésticas. O PEA oferece atividades de cultura e lazer para a comunidade, ocupando, nos finais de semana, os espaços ociosos das unidades escolares.

Para Benner, Dayrell e Carrano (2008), o tempo de lazer/divertimento do jovem é , frequentemente, colocado em contraposição ao mundo do trabalho, sendo este positivo e aquele com marginal. Os autores em desacordo com esse enfoque afirmam que

(...) é preciso considerar o lazer como tempo sociológico, no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e se constitui, na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações (Ibidem,p.30).

Do mesmo modo que o PEA desenvolve-se nas escolas municipais de Recife o Programa de Animação Cultural – PAC direcionado a crianças e jovens do ensino fundamental (os nove anos iniciais de escolaridade) contemplando atividades nas áreas de teatro, música, dança, artes plásticas e outras expressões artísticas nos contraturnos escolares. Por ser uma ação educativa, o Programa aponta para eixos pedagógicos que norteiam todo o trabalho junto aos jovens estudantes distribuídos em 78 escolas que aderiram ao chamado da rede municipal de ensino.

Em uma pesquisa realizada por Benner, Dayrell e Carrano(2008),os jovens brasileiros têm baixa participação em atividades culturais, principalmente a população mais carente, embora seja expresso o desejo de fazer parte de alguma associação esportiva ou de algum clube. Segundo a pesquisa, os espaços eleitos como mais propícios para a realização de amizades são a escola e a rua o que demonstra a importância dos programas governamentais em inserir no ambiente escolar atividades que, além de promover o acesso aos bens culturais, estão relacionadas à possibilidade de uma formação integral em que o conhecimento e prática de expressões artísticas podem levar a elevação da autoestima, fortalecimento da identidade, ampliação da consciência coletiva e solidária, permeada pela sociabilidade.

O contexto de inclusão e sociabilidade acima apresentado é o que norteia a repercussão de políticas sociais criadas para crianças e jovens em seu espaço escolar e que será analisado a seguir.

II. Programa Escola Aberta e Programa de Animação Cultural – a apropriação dos espaços escolares para atividades culturais

III.

O Programa Escola Aberta é um Programa do Governo Federal direcionado, sobretudo, a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Configura-se como uma prática educativa que visa promover a integração desses indivíduos em atividades esportivas, culturais e de lazer, **nos finais de semana**, proporcionando uma melhoria na qualidade da educação, no sentido mais amplo do termo, contribuindo para a construção de uma cultura de paz e reduzindo os índices de violência. A

participação da comunidade também é um dos focos principais do referido Programa. Lançado em 2000, foi inspirado no Programa “Abrindo Espaços” da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cuja preocupação maior era com o tipo de cidadão que se pretendia formar através do processo educativo.

O Programa Escola Aberta: educação, cultura, esporte e trabalho para a Juventude se propõe a promover a ressignificação da escola como espaço alternativo para o desenvolvimento de atividades de formação, cultura, esporte, lazer para os alunos da educação básica das escolas públicas e suas comunidades nos finais de semana. Sua proposta não se restringe aos indicadores clássicos educacionais nem reduz a educação a um instrumento que serve apenas para ampliar a maturidade intelectual, por meio da aprendizagem de conhecimentos técnicos e acadêmicos. Vai além, propõe a formação integral, capaz de desconstruir o muro simbólico entre escola e comunidade e entre educação, cultura, esporte e lazer. (Tinoco, Silva, 2007, p.4).

São três os vetores¹ principais a partir dos quais se desenvolve o Programa Escola Aberta: a educação, a cidadania e a inclusão social.

1 - A educação

A atividade educativa, nesse caso, não se restringe aos conhecimentos adquiridos formalmente na escola: ela tem uma abrangência bem maior, no sentido de chamar a família e a comunidade como um todo para participarem do processo de formação de vínculos, de laços de solidariedade e sociabilidade, transformando assim os hábitos de convivência. Pode-se dizer que as oficinas constituem o eixo central em torno e a partir do qual se espera e se deseja transformar a vida dos cidadãos e da comunidade.

O fato de as oficinas se realizarem no espaço físico das escolas reduz a distância da instituição com os moradores locais, ao mesmo tempo em que amplia as experiências de aprendizagem, ao trazer para a instituição escolar saberes e talentos que fluem na vida das comunidades.

2 - A cidadania

Partindo-se do princípio da existência de desigualdades sociais, onde a violência se origina, o PEA pretende ser um espaço onde a acessibilidade deve ser facilitada levando em consideração a heterogeneidade social nos seus diversos aspectos. Prevê-se como resultado que a reflexão crítica e a criatividade se façam presentes permitindo assim a construção e a reconstrução da realidade, através da redistribuição das riquezas e dos saberes historicamente construídos. Busca-se assim o exercício da cidadania, através da participação nas diversas atividades oferecidas nos finais de semana. São exemplos, as oficinas de esporte, onde se pode trabalhar a questão da postura ética, do senso de equipe, o respeito ao adversário, assim como as oficinas de formação para o trabalho que, além dos aprendizados específicos, geram oportunidades de reflexão a respeito das relações sociais, dos direitos e deveres legalmente instituídos, entre outras questões (Tinoco, Silva, 2007).

3 – Inclusão social

É a partir do respeito à diversidade e à dignidade humana que se firma o conceito de inclusão social, no sentido de facilitar o acesso da comunidade aos benefícios que a sociedade pode oferecer, permitindo

¹ As informações utilizadas nesta parte do relatório têm como base o texto “Programa Escola Aberta” publicado pela UNESCO, FNDE e MEC em 2007.

assim o exercício da cidadania. Nesse sentido, ela necessita da democratização da escola enquanto espaço público, onde se desenvolvem as oficinas, lugares por excelência de inclusão dos interesses, necessidades e linguagens dos seus participantes, como também de acolhimento às diversas formas de expressão cultural.

Em nível municipal encontra-se o **Programa de Animação Cultural**, atrelado à Secretaria de Educação, Esportes e Lazer do Recife e tem como objetivo formar cidadãos críticos e capazes de protagonizar a transformação social do meio em que estejam envolvidos. Trata-se de uma ação educativa complementar, direcionada a alunos da rede municipal de ensino do 1º ao 4º ciclo que são orientados, **nos intervalos dos turnos escolares**, por animadores culturais responsáveis pela formação de grupos culturais nas diversas linguagens artísticas, entre elas: teatro, capoeira, percussão, canto coral, artes plásticas, dança, bandas marciais e atividades extra-espço escolar.

Ao se ofertar linguagens artísticas distintas, amplia-se o leque de possibilidades além de propiciar educação integral ao jovem. Sob esse enfoque encontra-se a ideia da democracia cultural (Botelho, 2001) que tem como princípio oferecer a todos possibilidades de escolha ao colocar à disposição os meios necessários para a população poder efetuar a sua própria seleção de acordo com seus interesses e vontade. A democracia cultural, diferentemente da democratização cultural (cultura para todos) vem a

favorecer a expressão de subculturas particulares e fornecer aos excluídos da cultura tradicional os meios de desenvolvimento para deles mesmos se cultivarem, segundo suas próprias necessidades e exigências. Ele pressupõe a existência não de um público, mas de públicos, no plural (Ibidem, p.24).

Dessa forma as manifestações culturais, expressas na dança, capoeira, música, canto, teatro, artes plásticas, jogos e brincadeiras desenvolvidas pelo PAC, vão de encontro à problemática existente com relação à juventude e ao ensino escolar no tocante às necessidades culturais e de lazer desse segmento. Com o PAC nas escolas, se estabelece uma tentativa de se criar espaços de convivência através da formação de grupos culturais como bandas, maracatus, grupos de danças e outros que possibilitam a socialização e a assimilação de componentes da cultura tradicional em que os jovens estão inseridos, fortalecendo a identidade e a inclusão.

IV. Os programas culturais sob a perspectiva dos beneficiários

V.

Qual o alcance desses programas? De que forma eles repercutem sobre o comportamento, visão de mundo, aprendizado e relações pessoais?

O estudo do Programa Escola Aberta desenvolveu-se através de um *survey* com participantes das atividades de fim de semana, enquanto o Programa de Animação Cultural, como parte de uma pesquisa mais ampla, partiu de uma abordagem qualitativa através de entrevistas com jovens estudantes da rede municipal. Ambos os estudos foram realizados na cidade de Recife, capital de Pernambuco. Os Programas em sua essência são similares, ou seja, procuram a inclusão e a sociabilidade através das artes, diferem, no entanto, com relação a abrangência, uma vez que o PEA atende a comunidade nos finais de semana e o PAC direciona-se aos alunos nos contraturnos escolares.

As manifestações culturais introduzidas nos espaços escolares contribuem para a construção de uma cidadania plural e facilitam a inserção e a percepção do entorno. As ferramentas utilizadas para o desenvolvimento das atividades artísticas funcionam como chamariz para a transformação do jovem, uma vez que o contato com o mundo cultural se torna um atrativo significativo para as mudanças e

dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. É ela [a cultura] que nos faz humanos, racionais, críticos e etnicamente comprometidos. Através dela discernimos valores e efetuamos opções. Através dela o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como um

projeto inacabado põe em questão suas próprias realizações, busca incansavelmente novos significados e cria obras que o transcendem (tradução minha) (Conferência Mundial, 1982, p.1).

São as políticas sociais de cultura nas escolas que vão preencher a lacuna de grande parcela da população no que diz respeito ao acesso aos equipamentos e atividades culturais. Essas desigualdades foram ressaltadas pela UNESCO e citadas por Hazin, Oliveira, Melo e Guimarães (2013, p.5). O estudo do organismo internacional revela que

a minoria dos brasileiros frequenta cinema uma vez no ano. Quase todos os brasileiros nunca frequentaram museus ou jamais frequentaram alguma exposição de arte. Mais de 70% dos brasileiros nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora muitos saiam para dançar. Grande parte dos municípios não possui salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso [...] o brasileiro praticamente não tem o hábito de leitura. A maioria dos livros estão concentrados nas mãos de muito poucos. O preço médio do livro de leitura é muito elevado quando se compara com a renda do brasileiro nas classes C/D/E. Muitos municípios brasileiros não têm biblioteca, a maioria destes se localiza no Nordeste, e apenas dois no Sudeste.

Nas escolas, o uso dos contraturnos ou dos sábados e domingos com atividades de lazer e cultura vai além das repercussões recreativas sobre os jovens. Em princípio, a busca por determinada ação pode refletir em comportamentos e resultados não esperados. Na tabela 1, pode-se observar que alguns elementos se revezam nas aspirações dos jovens participantes de programas culturais a eles destinados. A expectativa de adquirir conhecimentos e novos aprendizados se mantém como elemento principal dentro do esperado e encontrado, havendo uma correspondência e certo grau de superação do pensado inicialmente. Um fato relevante diz respeito à ocupação do tempo apresentada por 19,6% dos pesquisados como algo a ser perseguido como simples forma de preenchimento do “não ter o que fazer”. No entanto, essa expectativa cede lugar para outras situações encontradas e vivenciadas pelos participantes como lazer, divertimento e oportunidade para o desenvolvimento de novas relações de amizade que se apresentam como “algo mais” não pensado ou não esperado inicialmente.

Tabela 1- Motivos para ingressar no Programa

O ESPERADO		%	O ENCONTRADO		%
Aprender alguma atividade	algum ofício/alguma	38,2	Lugar de aprendizagem		42,9
Ocupar o tempo		19,6	Lugar de lazer/divertimento		29,7
Divertir-se		17,7	Lugar de encontrar pessoas/fazer novas amizades		14,2
Por curiosidade		9,0	Lugar para ocupar o tempo		7,2
Sair de casa/ da rua		6,8	Oportunidade para sair de casa/ da rua		2,1
Praticar esportes		3,5	Lugar para praticar esportes		1,5
Fazer novas amizades		1,4	Lugar para melhorar/conseguir renda		0,7
Influência de parentes e amigos		0,9	Outros		0,6
Outros		1,3	NS/NR		

Pesquisa direta, Fundaj, 2008

O arcabouço de atividades complementares à formação escolar como o estudo da música, dança, artes plásticas, idiomas, atividades esportivas de modo geral, é limitado a um determinado grupo social em sociedades capitalistas em desenvolvimento. Entre os jovens das camadas populares, essa condição é subtraída, ou seja, se não ocorrer no ambiente escolar, dificilmente será adquirida fora do sistema formal de ensino.

Aos não-inseridos são reservadas as políticas públicas culturais que, de certo modo, vêm preencher a lacuna familiar no que diz respeito aos gastos/investimentos com elementos complementares, porém essenciais, para a formação do indivíduo. O acesso à cultura como necessidade básica e direito dos cidadãos é reconhecido pela UNESCO, porém, de forma integrada com as políticas de desenvolvimento (Acesso À Cultura No Brasil,2011).

Sem possibilidade de arcar com a educação integral², as famílias das camadas populares, por sua vez, reconhecem que o tempo livre dos jovens gera insegurança, pois o fato de estar desocupado torna o jovem vulnerável às adversidades. Nesse sentido, a escola pode ser considerada “o porto seguro”. É um lugar em que as crianças vão estar protegidas e cuidadas, ”ao invés do menino estar na rua, ou na televisão, ou fazendo nada, à mercê de qualquer tipo de violência da comunidade ele está na escola desenvolvendo alguma atividade” (gerente da Gerência de Animação Cultural).

Seria esta uma das expectativas dos pais com relação à escola? Em princípio, dada as circunstâncias socioeconômicas dos jovens das escolas públicas pareceria que sim, porém, ao serem ofertados outros componentes desenvolvidos, paralela e simultaneamente ao ensino regular, o aprendizado adquire outra dimensão.

A participação dos jovens em atividades culturais se configura como uma ação dual em que se mesclam o lazer e as oportunidades de escolhas, advindas do conteúdo oferecido, que ora se apresenta no seu aspecto lúdico e ao mesmo tempo realça talentos. Nesse sentido, o lazer aparece como um instrumento de promoção humana e progresso social, através de brincadeiras. “Jogar e brincar [...] são ações sociais que propiciam o desenvolvimento social e cognitivo” (Almeida, Gutierrez, 2004, p.60).

Ao ser inserido em atividades antes desconhecidas, seja pela condição social ou pela negação dos direitos à educação integral, o jovem passa a ter um reconhecimento que, de forma decisiva, contribui para a elevação da autoestima e da construção de uma identidade fortalecida e ancorada em práticas culturais. A valorização vai além do sentimento próprio, do individual, ela tem repercussão no meio familiar O acesso a ações culturais amplia a percepção e contribui para a construção de uma cidadania plural. É através das oportunidades que se realçam as vocações, ocasião em que se manifestam interesses múltiplos, indo além do referencial até então vivenciado com limitações e exclusões.

² Em 2007 foi criado o Programa Mais Educação “como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção de saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica [...] a educação integral em jornada ampliada no Brasil é uma política em construção e um grande desafio para gestores educacionais, professores e comunidades que, ao mesmo tempo, amplia o direito à educação básica e colabora para reinventar a escola” (Programa Mais Educação).

A entrada no mundo das artes facilita a inserção e a percepção do entorno. As ferramentas utilizadas para o desenvolvimento das atividades artísticas funcionam como chamariz para a transformação do jovem, uma vez que o contato com o mundo cultural se torna um atrativo significativo para as mudanças (Ver Tabela2).

Tabela 2. Principais mudanças ocorridas após participação no Programa Escola Aberta

Principais mudanças*	%
Aprendeu novas profissões/ofícios/ampliou os conhecimentos	25,5
Aumentou o círculo de amizades/melhorou o convívio social	25,1
Sente-se mais feliz/ Tem mais disposição/ Melhorou a autoestima	20,2
Saiu da rua/fica menos tempo na rua/ocupou o tempo/a mente	11,6
Aprendeu novas brincadeiras/ diversões/lazer	10,9
Aumentou/obteve/criou oportunidade de gerar renda	1,8
Tornou-se mais disciplinado/educado/melhorou os estudos	1,4
Outros	0,3
NS/NR	3,2
Total	100,0

* Respostas múltiplas Pesquisa direta, Fundaj, 2008

As vocações surgidas são comentadas pelos professores que são surpreendidos pela descoberta de talentos não revelados na escola regular. Reconhecem que na sala de aula, devido ao grande número de alunos e, também, pelo fato da necessidade de lecionarem em mais de um turno, não conseguem perceber além do que se apresenta no cotidiano escolar. Nesse sentido, para um dos coordenadores do PEA

O (Programa) Escola Aberta é uma escola viva [...] porque muitas vezes os talentos estão dentro da sala de aula e não são descobertos e, no Escola Aberta, a gente tem condições de perceber a criança na sua realidade. Tinha um menino que fazia poesias. Eu ficava maravilhada [...] um menino tímido, tímido, tímido em sala de aula.

O despertar de talentos proporcionado pela oportunidade de inserção em atividades recreativas e culturais do PEA, condiz com a capacidade que tem o lazer de, através do interesse do próprio indivíduo, vivenciar experiências que o leva ao encontro da possibilidade real de concretizar vocações, em alguns casos, adormecidas pela falta de acesso às informações. Tal situação pode ser exemplificada pelo discurso de um jovem participante do PEA, exercendo hoje a função de oficinairo, que encontrou nesse Programa a oportunidade de tornar-se um profissional da dança.

Eu sempre tive vontade de aprender a dançar e nunca tive condições de ir para uma academia pagar. É muito caro, uma hora de aula (custa) R\$60,00. Aí chegou uma proposta, um professor foi dar aula no Escola Aberta e me convidou para ter aula [...]. Com o tempo fui aprendendo mais coisas, ele me colocou como instrutor, começou a dividir as aulas. Um certo tempo eu dava o começo da aula e ele terminava [...] Ivone (coordenadora da escola) conseguiu que eu fosse bolsista da Academia de Jaime (um centro conceituado de dança) [...] consegui passar (no teste), era para dança de salão com bolero, salsa, samba de gafieira, soltinho, tango, aí fui aprendendo esses ritmos e trazendo pra cá. Aí ele (Jaime) começou a buscar mais coisa de frevo, caboclinho (ritmos pernambucanos). Depois ficou na minha cabeça e fui trazendo tudo [...] foi através de Ivone (coordenadora da escola) que consegui abrir a mente para toda essa cultura, cultura popular em geral.

Outra experiência de encontro com a vocação pode ser retratada por um participante de 11 anos de idade, do sexo masculino, oriundo de uma família de baixos recursos, a mãe empregada doméstica, residente numa casa com dois cômodos, sem água encanada. O jovem procurou o Programa para “distrair a mente”. Descobriu o teatro e decidiu ser ator. Para ele, participar dessa atividade cultural facilitou o convívio social, já que os ensaios possibilitam o trabalho em grupo, como também tornou-se “mais feliz” com a descoberta dessa vocação. Questionado sobre a importância do PEA ressaltou que o Programa é um lugar para encontrar pessoas e representa “tudo na vida”.

Seja nas escolas nos finais de semana ou nos contraturnos, como propõem os dois programas culturais, os efeitos sobre os jovens são bastante significativos. As linguagens ofertadas como música, dança, artesanato, teatro e outras abrem um mundo novo em relação ao conhecimento, a estética e a percepção com reflexos diretos no âmbito familiar, na escola, diante dos professores, no comportamento e nas atitudes entre amigos. São reações algumas vezes inconscientes, mas com repercussões na questão disciplinar, na visão de mundo, que sutilmente modela vivências e reelabora formas de convívio social. O relato a seguir é permeado de nuances e de descobertas discretas proporcionadas pela inclusão cultural de um jovem surpreendido pela dimensão do fazer teatral.

(Ao se referir ao final de uma apresentação) no final... as palmas, chega dá uma coisa boa na pessoa. (Fazer teatro) foi mais do que eu pensava, eu pensava que era só, chegou no palco, fez aquilo, acabou. Aí agora eu sei que tem tudo por trás, tem um preparo, os ensaios que duram muito tempo, três vezes por semana. Tem muita conversa, tem pesquisa nos computadores sobre Teatro, esse negócio antigo (história do teatro). Mudou, muito (participar), ajudou no estudo. (Agora quando tem uma peça de teatro quero saber) os atores, toda a direção. Agora eu me animo, me interesse mais. (Fazer parte) melhora em tudo, não fico mais com vergonha de falar em público, posso me apresentar no meio de um milhão de pessoas, agora eu não tenho mais vergonha.

Sob esse contexto a oportunidade de contato com as artes se traduz em novos caminhos, até então inalcançáveis, pela própria situação de desconhecimento e de inexistência de qualquer perspectiva com relação à cultura e suas manifestações.

A participação nas atividades oferecidas proporciona a aquisição de novos gostos e nova percepção sobre as artes e, de modo particular, a música, exemplo do depoimento a seguir em que é mostrado que o consumo cultural do jovem estudante passa por mudanças proporcionadas pelo contato com um mundo cultural antes inacessível.

Olhe, eu gosto de cinema. Também gosto muito de olhar os concertos da banda e da Orquestra Sinfônica daqui do Estado. Descobri aqui (no PAC), eu não sabia nem o que era concerto [...] geralmente eu vou uma vez por mês. Porque a banda sinfônica da orquestra do Recife dá um concerto grátis. Toda última quarta-feira do mês. A música me tranquilizou muito. Nossa! Não que eu (não) goste dessas músicas assim [...] mas, hoje, eu só escuto músicas clássicas [...] mudou o meu estilo de vida. Hoje eu só escuto música contemporânea, música clássica, barroca [...] hoje é o meu lazer predileto (jovem participante de uma banda musical do Programa de Ação Cultural).

IV. Considerações finais

O estudo das repercussões das políticas sociais e culturais implementadas pelos Programas Escola Aberta (PEA) e de Animação Cultural (PAC) mostra que a participação de jovens nesses Programas rebate de forma positiva em seu cotidiano ao mostrar que:

- as práticas culturais aparecem como aliadas para o aprendizado formal ao desenvolver no jovem disciplina, responsabilidade e compromisso;
- o contato do jovem com a sua própria cultura propicia a construção e fortalecimento da identidade;
- a democracia cultural, ou seja, a possibilidade de escolhas permite ao indivíduo efetuar a sua própria seleção de acordo com seu interesse e vontade;
- a participação nas atividades culturais repercute nas atividades escolares, no cotidiano, na sociabilidade, na autoestima e no lazer.

As oportunidades criadas estimulam a participação e motivam, não só os beneficiários do Programa, mas também os familiares que se sentem atraídos por esse tipo de atividade. Nesse sentido, observou-se que ao participarem de manifestações culturais, os beneficiários do PEA sentem-se mais valorizados e inseridos no grupo social do qual fazem parte. São repercussões no bem-estar, autovalorização, melhoria nas relações sociais e na formação profissional, com o aprendizado de novos ofícios vinculados ao mundo das artes que, de modo geral, envolve emoções e sentimentos, partes integrantes da educação global do indivíduo.

Pode-se dizer que, através da democratização do acesso à cultura promovida pelos programas sociais, se estabelece o que Chauí (2008, s/p) chama de cidadania cultural, uma vez que a cultura é oferecida àqueles que até então não tinham a possibilidade de a ela aceder.

Apesar das repercussões positivas não devem ser negligenciadas as deficiências estruturais no tocante aos equipamentos, mobiliário, instrumentos musicais e outros elementos que dão suporte ao exercício das várias linguagens artísticas oferecidas, como também com relação ao pessoal responsável pelo desenvolvimento das oficinas, constituído de bolsistas com baixa remuneração. As ações direcionadas aos jovens, no que diz respeito ao lazer e atividades culturais devem ser analisadas em sua totalidade uma vez que alguns programas se limitam à diversão por si só, sem a devida ligação com as atividades pedagógicas e sem a criação da estrutura necessária para a sua implantação. Nesse aspecto, Sposito, Silva e Souza (2006, p.245) observam que

quando a prática cultural ou esportiva aparece apenas como um instrumento para outros objetivos, em geral ela pouco agrega em termos de competências específicas, técnicas e materiais necessários. Sempre pode ocorrer um verdadeiro simulacro da expressão artística ou esportiva, disseminando-se projetos com poucos materiais ou recursos, sendo empreendidos por pessoas pouco capacitadas.

Não se pode perder de vista a qualidade, como elemento essencial para resultados eficientes e não se deve aceitar a massificação para atender as estatísticas em detrimento de conteúdos, ações e infraestrutura capazes de interferir e promover a transformação social do indivíduo.

REFERÊNCIAS

Acesso À Cultura No Brasil. <http://www.unesco.org/> Acesso em 30/7/2011

Alencar, Ana Lúcia H., Oliveira, Cleide de F.G de, Melo, Patrícia B. Melo, Guimarães, Sueli P.(2013). **Juventudes, consumo cultural e políticas públicas:** estudos de caso com jovens da Região Metropolitana do Recife. Recife, Fundação Joaquim Nabuco. (Relatório de pesquisa).

Almeida, Marco Antônio Bettine de & Gutierrez, Gustavo L. (2004). Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. **Conexões**. Campinas, 2(1), 48-62.

Barbosa, Frederico; Araújo, Herton. Juventude e cultura. In: Castro, Jorge Abrahão de; Aquino, Luseni Maria C. de; Andrade, Carla Coelho de. (2009). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA.

Botelho, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. (2001) **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 15(2) abr./jun.

Brenner, Ana K., Dayrell, J., Carrano, P.(2008). Modo de vida e transição para a vida adulta. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In: Ministério Da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. (Série B – Textos Básicos de Saúde). 29-44.

Chauí, Marilena. Cultura e democracia. (2008). **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, ano 1, (12).

Conferencia Mundial Sobre Las Políticas Públicas Culturales. Declaración de México sobre las políticas culturales. México, 1982 <http://portal.unesco.org/culture> acesso em 31/7/2011

Programa Mais Educação.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16689&Itemid=1115
Acesso em 23 de julho de 2013

Sposito, Marília P., Silva, Hamilton H. de C., Souza, Nilson A.de. (2006). Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, II (32) 238-257, maio/ago.

Tinoco, Alcione N., Silva, Gissele A., Programa Escola Aberta, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/proposta_pedagogica.pdf Acesso em novembro de 2009.